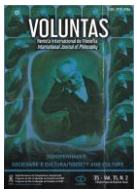
UFSM

VOLUNTAS
Revista Internacional de Filosofia



ISSN 2179-3786
Acesso aberto

Voluntas, Santa Maria - Florianópolis, v. 15, esp. 1, e88685, p. 01 – 21, 2024 • https://doi.org/10.5902/2179378688685
Submissão: 20/08/2024 • Aprovação: 25/09/2024 • Publicação: 30/10/2024

**Schopenhauer: Sociedade e Cultura**

# A Ideia é um pensar-mais do que é intuído

The Idea is a thinking-more than what is perceived

**Selma Aparecida Bassoli**[I]

[I] Pesquisadora independente

## RESUMO

No texto *Sobre a Quadrúplice Raiz do princípio de razão suficiente* (1847), Schopenhauer afirma que cada conceito é formado pela desconsideração de muito daquilo que é dado intuitivamente, para manter apenas o que é comum a diversas representações. Por isto ele considera que o conceito é um "pensarmenos" [*Wenigerdenken*] do que é intuído [*angeschaut*]. A minha hipótese é que a Ideia, ao contrário dos conceitos, pode ser compreendida como um "pensar-mais" [*Mehrdenken*], porque o conhecimento da Ideia teria a capacidade de ampliar o que é intuído empiricamente, até alcançar a intuição de uma totalidade que provém de um pensamento fixado sensivelmente através de uma figura de fantasia.

**Palavras-chave**: Ideia; Conceito; Fantasia; Pensamento; Schopenhauer

## ABSTRACT

In the text *On the Fourfold Root of the Principle of Sufficient Reason* (1847), Schopenhauer asserts that each concept is formed by dropping a good deal of what is given us in perception, retaining only what is common to various representations. Thus, he considers that the concept is a "thinking-less" [*Wenigerdenken*] than what is perceived [*angeschaut*]. My hypothesis is that the Idea, in contrast to concepts, can be understood as a "thinking-more" [*Mehrdenken*], because the knowledge of the Idea has the ability to expand what is empirically intuited, reaching the intuition of a totality that comes from a thinking sensibly fixed through pictures of the fantasy.

**Keywords**: Idea; Concept; Fantasy; Thinking; Schopenhauer

## 1 INTRODUÇÃO

Schopenhauer considera a Ideia um tipo de conhecimento superior, diferente do comum e que não pode ser alcançado voluntariamente. Por surgir de forma

Artigo publicado por Voluntas Revista Internacional de Filosofia sob uma licença CC BY-NC-SA 4.0.

espontânea, o conhecimento da Ideia é considerado um evento misterioso, que pode ser classificado como um efeito sem causa. Além disto, a Ideia é um tipo de intuição diferente da empírica, na medida em que ela pressupõe uma mudança na forma como usualmente se intui ou representa.

Mas o mistério que envolve o conhecimento da Ideia não está propriamente na mudança do modo de conhecimento, mas na ausência de uma explicação para ela, o que impede que se compreenda o *porquê* dessa mudança acontecer. Apesar deste limite na compreensão da Ideia, eu pretendo mostrar que existe a possibilidade de esclarecer *o que* se modifica quando a Ideia é conhecida e, especialmente, investigar *como* essa mudança acontece.

Para alcançar esse objetivo, irei primeiramente esclarecer alguns aspectos da forma como usualmente se conhece. Esta forma se inicia com a intuição empírica dos objetos, que é feita pelo intelecto e tem a finalidade de proporcionar a satisfação da vontade. Nos seres humanos, esse processo de satisfação é aprimorado, quando a razão passa a abstrair o que foi intuído pelo intelecto, dando origem às representações abstratas. São estas representações que conferem aos seres humanos a capacidade de pensar e, consequentemente, de formar conceitos.

Na segunda edição do texto *Sobre a Quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente* (1847), Schopenhauer define o conceito como um "pensar-menos" [*Wenigerdenken*] do que é intuído[1]. O meu objetivo será demostrar que a Ideia, ao contrário dos conceitos, pode ser concebida como um pensar-mais [*Mehrdenken*]. Pois se o conhecimento do conceito promove a diminuição do conteúdo intuitivo oferecido ao pensamento, o conhecimento da Ideia promoveria o aumento desse conteúdo. E, além de aumentar o que é intuído, a Ideia será aqui considerada como um objeto cujo conhecimento inclui a participação indispensável do pensamento. Entretanto, apesar da importância dada ao pensar, mostrarei a necessidade do retorno do pensamento ao intuitivo, para que ele seja fixado e, assim, possa se manter na consciência. Será

[1] A definição do conceito como um "pensar-menos" [*Wenigerdenken*] do que é intuído não consta da primeira edição do texto *Sobre a Quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente* (1818).

sobretudo a diferença no modo de fixar intuitivamente o pensamento que permitirá aumentar o que é intuído empiricamente e, assim, estabelecer a diferença fundamental entre o conceito e a Ideia.

## 2 O CONHECIMENTO ABSTRATO OU CONCEITUAL

Na filosofia de Schopenhauer, a Vontade é compreendida como um ímpeto cego, que se manifesta como uma ânsia contínua por saciedade, porém sem a consciência do que pode satisfazê-la. O intelecto teria surgido em um nível elevado da escala de aprimoramento dos seres, para permitir que a Vontade pudesse contornar essa dificuldade, posto que o intelecto é o meio pelo qual a Vontade pode conhecer os objetos capazes de proporcionar a sua satisfação.

Apesar da sua importância, o intelecto não faz parte de todas as manifestações da Vontade, pois ele está ausente nos reinos mineral e vegetal, e a sua presença no reino animal acontece em uma escala crescente de desenvolvimento intelectual, que se inicia com os animais que possuem apenas um intelecto rudimentar e culmina com os seres humanos.

Além de possuírem o intelecto mais desenvolvido, os seres humanos são os únicos que possuem a razão, e a associação entre essas duas faculdades de conhecimento possibilitou a ampliação da consciência e do grau de satisfação da Vontade. Esta ampliação se tornou possível porque a representação intuitiva, que é proporcionada pelo intelecto, imediata e já possível nos animais irracionais, foi complementada pela reflexão [*Reflexion*], isto é, pelos "conceitos abstratos e discursivos da razão, que têm seu conteúdo apenas a partir e em referência ao conhecimento intuitivo" (MI, § 8, p. 81). E, com a reflexão, as abstrações se tornaram o principal elemento da motivação das ações dos seres humanos:

> Graças ao aporte da representação abstrata, também a motivação se tornou outra. Ainda que as ações do homem ocorram com uma necessidade em nada menos rigorosa que a dos animais, o tipo de motivação, todavia, na medida em que ela consiste aqui em *pensamentos*, que tornam possível a *escolha* (isto é, o conflito consciente dos motivos), levou o agir com propósito, com reflexão,

> segundo planos, máximas, em concordância com outros, etc. a tomar o lugar do mero impulso por meio de objetos intuitivos presentes (G, § 26, p. 223).

Ao ultrapassar o agir motivado pelo simples impulso, o conhecimento abstrato permitiu a elevação do grau de consciência da Vontade, especialmente porque, a partir desse conhecimento, o cérebro humano passou a abrigar também os conceitos:

> Toda diferença consiste em que, além das representações intuitivas, as quais também os animais partilham conosco, o homem abrigue ainda em seu cérebro – tão mais volumoso especialmente para tanto – representações abstratas, isto é, extraídas daquelas representações intuitivas. Tais representações foram chamadas de *conceitos* [*Begriffe*], porque cada uma delas compreende [*begreift*] em si, ou melhor, sob si, inumeráveis coisas singulares, sendo, portanto, um *compêndio* [*Inbegrift*] delas. (G, § 26, p. 225).

## 2.1 O CONCEITO É UM PENSAR-MENOS DO QUE É INTUÍDO

Apesar de cada conceito ser constituído por um compêndio que compreende sob si inumeráveis coisas singulares, a sua formação pressupõe a redução da quantidade de elementos intuitivos provenientes de cada coisa singular. Esta redução acontece através do desmembramento das representações intuitivas e posterior desconsideração de muitos de seus elementos, para que se possa manter apenas aqueles que são comuns a diversas dessas representações:

> Quanto mais alto nos elevarmos na abstração, tanto mais será desconsiderado, isto é, tanto menos ainda será pensado. Os conceitos mais elevados, isto é, os mais gerais são também os mais esvaziados e pobres, por fim, apenas leves invólucros, como, por exemplo, os conceitos de ser, essência, coisa, devir, etc. (G, § 26, p. 227).

Como a formação de um conceito requer a diminuição do conteúdo intuitivo oferecido ao pensamento, Schopenhauer define o conceito como "um pensar-menos do é intuído"[2] (G, § 26, p. 225):

> Pois, na sua formação, a faculdade de abstração desmembra em suas partes constitutivas as representações completas, intuitivas, (...) para poder pensá-las separadamente, cada uma delas por si, como as diferentes propriedades ou

[2] Der Begrifff "ist also ein Wenigerdenken, als angeschaut wird" (SW, III, § 26, p. 206).

> relações das coisas. Nesse processo, porém, as representações perdem necessariamente seu caráter intuitivo, assim como a água perde fluidez e visibilidade quando é decomposta em seus elementos. Pois cada propriedade assim isolada (abstraída) pode muito bem ser *pensada*, mas não *intuída* por si só. A formação de um conceito acontece, em geral, por meio da desconsideração de muita coisa daquilo que é dado intuitivamente, para que então se possa pensar o remanescente por si mesmo. O conceito é, portanto, um pensar-menos do que é intuído (G, § 26, p. 225).

Além disso, como os conceitos oferecem ao pensamento apenas a parte das representações intuitivas que são necessárias à sua finalidade, eles se tornam mais fáceis de manusear do que essas representações, razão pela qual Schopenhauer compara o uso de conceitos ao "abandono de uma bagagem inútil" (G, § 27, p. 231):

> Justo porque os conceitos contêm menos em si do que as representações das quais foram abstraídos, eles são mais fáceis de manusear do que elas (...). Das muitas representações de que são extraídos, eles contêm justamente apenas a parte da qual se tem necessidade (...); porém, agora, por meio do emprego de conceitos, pensamos apenas as partes e relações de todas essas representações que, a cada vez, favorecem a respectiva finalidade. Portanto seu uso pode ser comparado à eliminação de uma bagagem inútil (G, § 27, p. 231).

## 2.2 O PENSAMENTO A PARTIR DOS CONCEITOS

Schopenhauer atribui a capacidade de pensar, necessária à formação do conceito, tanto à razão quanto ao intelecto. Um primeiro modo de pensar é atribuído à razão que, como faculdade de abstração, forma as representações abstratas. A formação destas representações acontece através do desmembramento das representações intuitivas, que resulta em partes isoladas que "podem muito bem ser pensadas, mas não intuídas por si só" (G, § 26, p. 225). Como o intelecto, que é a faculdade da intuição, não pode intuir essas partes, cabe à razão "pensá-las separadamente, cada uma delas por si, como as diferentes propriedades ou relações das coisas" (G, § 26, p. 225); e, através do pensamento dessas partes isoladas, a razão pode desconsiderar "muita coisa daquilo que é dado intuitivamente, para que então se possa pensar o remanescente por si mesmo" (G, § 26, p. 225).

O remanescente [*Übrige*] desse processo de pensamento constitui a representação abstrata ou conceito que, neste caso, é *pensado* pelo intelecto; pois, segundo Schopenhauer, "em geral é a ocupação do intelecto com conceitos, portanto, a presença na consciência da classe de representações (abstratas) ora consideradas por nós, que propriamente e em sentido estrito se chama *pensar*" (G, § 27, p. 231). Neste segundo caso, quem pensa é o intelecto, porém é a razão que fornece o conteúdo do pensar, ou seja, é a razão que forma as representações abstratas ou conceitos para o intelecto, a partir das representações intuitivas que o intelecto forneceu primeiramente à razão. Por isto, Schopenhauer denomina os conceitos "representações de representações" [*Vorstellungen von Vorstellungen*], pois eles possuem "sua essência, inteira e exclusivamente, em sua relação com uma outra representação, que é seu fundamento de conhecimento" (MI, § 9, p. 88).

Esses dois modos de pensar são complementares e juntos caracterizam o que Schopenhauer denomina reflexão [*Reflexion*], que, enquanto um *tropus* ótico, "expressa ao mesmo tempo o caráter derivado e secundário dessa espécie de conhecimento" (G, § 27, p. 231). E esse pensamento, essa reflexão proporciona, exclusivamente aos seres humanos, "o discernimento [*Besonnenheit*] que falta ao animal" [G, § 27, p. 231]:

> esse discernimento, por seu turno, portanto, a capacidade de discernir, de vir a si, é propriamente a raiz de todas as suas realizações teóricas e práticas, pelas quais o homem em tanto excede os animais; a saber, primeiramente a preocupação com o futuro mediante consideração do passado, em seguida o procedimento intencional, planejado, metódico em todo o propósito, em razão disso a atuação conjunta de muitos com vistas a uma finalidade, e com isso a ordem, a lei, o Estado, etc. – Em especial, porém, os conceitos são o genuíno material das ciências, cujas finalidades podem ser reportadas, em última instância, ao conhecimento do particular por meio do universal, que só é possível mediante o *dictum de omni et nullo* [princípio de todos e nenhum], e este, por sua vez, só é possível graças à presença de conceitos [G, § 27, p. 231-232].

O discernimento é a raiz de todas as realizações teóricas e práticas do ser humano porque ele contém em si a reflexão que pode permanecer em um domínio puramente abstrato ou ultrapassar esse domínio e retornar ao intuitivo. No caso

em que a reflexão permanece no domínio do abstrato, ela dá origem às elocubrações puramente lógicas que são feitas pela razão. Mas a reflexão, através da forma de pensar que provém do intelecto, pode ultrapassar esses limites e retornar ao intuitivo, a fim de que os conceitos possam ser possuídos inteiramente:

> O pensamento em sentido estrito, logo, o pensamento abstrato, levado a efeito por meio de palavras, ou é uma elocubração puramente lógica – em que ele permanece inteiramente em seu próprio domínio –, ou toca a fronteira das representações intuitivas, para confrontar-se com elas, com a intenção de vincular o empiricamente dado e intuitivamente apreendido com os conceitos abstratos nitidamente pensados, para então possuí-los inteiramente (G, § 28, p. 235).

O retorno dos conceitos ao intuitivo é feito pelo intelecto, através do estabelecimento de uma série de fundamentos de conhecimento, que remonta de um fundamento a outro e termina em um conceito cujo fundamento de conhecimento tem que ser intuitivo. Dessa forma, o começo de uma série de fundamentos de um conceito

> pode ser de novo um conceito ou representação abstrata, que, por sua vez, também pode ter um semelhante fundamento de conhecimento; mas não ao infinito, pois a série de fundamentos de conhecimento tem de findar em um conceito que tem fundamento no conhecimento intuitivo**.** Em verdade, o mundo todo da reflexão estriba sobre o mundo intuitivo como seu fundamento de conhecer (M I, § 9, p. 88).

A importância da reflexão que produz conceitos fundamentados intuitivamente está no tipo de conhecimento superior que esta reflexão proporciona, pois, segundo Schopenhauer, "todo conhecimento verdadeiro e originário, assim como todo autêntico filosofema [*Philosophem*] tem que ter alguma apreensão intuitiva como cerne íntimo ou raiz" (G, § 28, p. 237). Para ele, a existência de um tal cerne "é semelhante à cédula de um banco que tem lastro em caixa" (G, § 28, 237); já a mera combinação de conceitos (puramente abstrata) é como a nota de um banco que tem, para sua garantia, apenas outras notas promissórias (cf. G, § 28, 237 e 239).

Se o mundo da reflexão não tivesse a intuição como fundamento último de conhecimento, os conceitos "escapariam inteiramente à consciência e não dariam conta das operações de pensamento, que são o seu propósito" (G, § 26, p. 227). Para preservar os conceitos na consciência, as palavras foram usadas como fundamento intuitivo, pois elas são consideradas "signos arbitrários capazes de reter e fixar sensivelmente" (G, § 26, p. 227) os conceitos, "na medida em que elas constituem o conteúdo do léxico, portanto a linguagem" (G, § 26, p. 227). Além da linguagem, Schopenhauer inclui o uso das figuras de fantasia [*Fantasiebilder*] como outro modo de reter e fixar sensivelmente o resultado do pensamento e, assim, fundamentar intuitivamente o conhecimento abstrato, pois, para ele

> Todo pensar, no sentido mais amplo do termo, portanto, toda atividade intelectual interna em geral, carece ou de palavras ou de figuras da fantasia; sem uma das duas, o pensar não tem qualquer ponto de apoio. Porém, as duas não são exigidas ao mesmo tempo, embora possam imbricar-se para mútua sustentação (G, § 28, p. 235).

A questão da fantasia será retomada adiante, quando a importância do seu uso será tratada na intuição da Ideia. Para dar continuidade à exposição e fundamentação da intuição como fator decisivo na fixação das abstrações na consciência, serão mostrados alguns aspectos do pensamento como atividade da força judicativa [*Urteilskraft*].

## 2.3 A FORÇA JUDICATIVA

O termo força judicativa, quando utilizado por Schopenhauer, faz referência à terceira Crítica de Kant; porém o seu significado não é o de uma faculdade de julgar no sentido forte, pois aqui ela é compreendida como uma atividade do pensamento, que se desdobra em uma competência reflexionante e outra de subsunção (cf. G, nota 12, p. 239). Em sua competência reflexionante, o pensamento "procura, para o caso intuitivamente dado, o conceito ou a regra geral à qual ele pertence" (G, § 28,

p. 235); e, em sua competência para subsumir, o pensamento “procura, para o conceito ou a regra dados, o caso que os atesta” (G, § 28, p. 235).

A importância da força judicativa está na mediação que ela realiza entre as espécies intuitiva e abstrata de conhecimento, ou entre o entendimento e a razão (cf. G, § 28, p. 235), especialmente quando o intelecto, ao pensar, vincula os conceitos abstratos nitidamente pensados com aquilo que é empiricamente dado e intuitivamente apreendido (cf. G, § 28, p. 235), pois

> O pensamento que opera com a ajuda de representações intuitivas é o autêntico núcleo de todo conhecimento, uma vez que retorna à fonte originária, ao fundamento de todo e qualquer conceito. Por causa disso, ele é o gerador de todo pensamento verdadeiramente original, de toda compreensão fundamental originária e de todas as invenções (G, § 28, p. 235-7).

Além da sua importância, é indispensável considerar que, no tipo de pensamento em que ocorre o uso da força judicativa, o entendimento é predominantemente ativo; já no pensamento puramente abstrato há o predomínio da atuação da razão (cf. G, § 28, p. 235-237). Segundo Schopenhauer, ao tipo de reflexão em que predomina a atuação do entendimento,

> (...) pertencem certos pensamentos, que durante longo tempo perambulam pela cabeça, vão e vêm, revestem-se ora com esta, ora com aquela intuição, até que, por fim, conseguindo chegar à clara distinção, fixam-se em conceitos e encontram palavras (G, § 28, p. 237).

Porém, durante essa reflexão, pode ocorrer uma espécie de falha ou desvio que, ao invés de indicar um defeito no processo, pode se transformar em algo promissor para o conhecimento. Trata-se da possibilidade da atividade do juízo judicativo detectar certos pensamentos que jamais se fixam em conceitos e que também são incapazes de encontrar palavras que possam comunicá-los. Para Schopenhauer, infelizmente, esses pensamentos são os melhores, visto que, como disse Apuleio[3], eles seriam bons demais para as palavras (cf. G, § 28, p. 237).

[3] Escrito e filósofo romano.

Por meio deste comentário, Schopenhauer não sugere um limite na atividade do entendimento através de juízos judicativos, mas antes um limite no uso das palavras e até mesmo no uso dos conceitos. Se as palavras são incapazes de reter e fixar sensivelmente tudo o que pode ser alcançado pela via do pensamento, e se o pensamento também pode fazer uso das figuras da fantasia, este uso pode se tornar especialmente importante para explicar uma forma de conhecimento que é diferente da conceitual, a saber, o conhecimento da Ideia.

## 3 A IDEIA

Na filosofia de Schopenhauer, a Ideia é considerada, em referência ao conceito homônimo platônico, um objeto de conhecimento superior ao comum e sua superioridade decorre tanto da sua especificidade como objeto, quanto da capacidade cognitiva do sujeito para conhecê-lo. A Ideia se distingue de outros objetos de conhecimento porque ela se apresenta com o máximo grau de nitidez e completude que pode ser alcançado pela objetidade da Vontade [*Objektität des Willens*], isto é, pela Vontade que se tornou objeto de conhecimento ou representação para o sujeito (cf. W I, § 30, p. 235). Para que a Ideia possa ser conhecida, é preciso haver uma mudança no modo de intuir os objetos e a intuição comum depende da mediação das formas subordinadas do princípio de razão (espaço, tempo e causalidade):

> Nessas formas reconhecemos as diversas figuras do princípio de razão, que é o princípio último de toda finitude, de toda individuação, forma universal da representação tal como esta se dá ao conhecimento do indivíduo. A Ideia, ao contrário, não se submete a esse princípio; por conseguinte não lhe cabem pluralidade nem mudança [WI, § 30, p. 235-236].

Como o conhecimento da Ideia não é mediado pelas formas subordinadas do princípio de razão, ela é considerada a única objetidade imediata e, portanto, adequada da Vontade, caracterizada pela ausência de mudanças e pluralidade. Por isto, “enquanto os indivíduos nos quais a Ideia se expõe são inumeráveis e

irrefreavelmente vêm-a ser e perecem, ela permanece imutável, única, a mesma, o princípio de razão não tendo significação alguma para ela" (W I, § 30, p. 236).

A imediatez no conhecimento da Ideia faz com que ela se situe entre as coisas particulares e a Vontade, na medida em que a Ideia pressupõe a retirada das formas subordinadas do princípio de razão do modo como o sujeito a conhece; ou antes, pressupõe que a Ideia seja um objeto de conhecimento que não se submeteu a tais formas. Ao ser colocada nessa posição intermediária, a Ideia se distingue tanto daquilo que é individual e particular quanto da Vontade considerada como essência ou coisa em si mesma. Consequentemente, apesar da sua importância e especificidade como objeto de conhecimento, "as Ideias não revelam ainda o ser em si das coisas, mas apenas seu caráter objetivo e, assim, sempre apenas o fenômeno" [WII, Cap. 29, 2014, p. 15].

## 3.1 A MUDANÇA NA FORMA DE CONHECIMENTO

Para a compreensão da mudança na forma de conhecer que é pressuposta para o conhecimento da Ideia, é preciso primeiramente considerar que, na filosofia de Schopenhauer, o conhecimento é uma função do intelecto, considerado um órgão derivado da Vontade e, portanto, secundário em relação a ela. O conhecimento acontece quando o intelecto traz à consciência os objetos potencialmente capazes de satisfazer a Vontade em dada circunstância; e a condição para que esse conhecimento aconteça é ele estar subordinado às formas *a priori* da representação. A primeira dessas formas, que pertence à representação em geral, é a divisão entre sujeito e objeto; as outras formas, subordinadas a esta, são o espaço, o tempo e a causalidade. São todas essas formas que permitem a um sujeito conhecer um objeto particular, situado em meio à diversidade de outros objetos, com os quais ele mantém relações que dão origem aos questionamentos do sujeito sobre o onde, o quando, o porquê e o para quê das coisas:

> Por isso o conhecimento que serve à Vontade nada mais conhece dos objetos senão suas relações, conhece-os apenas na medida em que existem neste tempo, neste lugar, sob estas circunstâncias, a partir dessas causas, sob estes efeitos, numa palavra, como coisas particulares [WI, § 33, p. 244].

A mudança que é pressuposta para o conhecimento da Ideia consiste em deixar de conhecer os objetos como coisas particulares, através da desconsideração das relações que vinculam o conhecimento do objeto ao interesse da vontade. Para que estas relações possam ser desconsideradas, é preciso suprimir as formas subordinadas do princípio de razão (espaço, tempo e causalidade) do modo como o sujeito conhece. Ao suprimir estas formas, apenas a forma básica da representação (a divisão entre sujeito e objeto) permanece ativa, visto que esta forma básica é condição indispensável para que o sujeito possa conhecer algo diferente dele mesmo. Como consequência, o sujeito deixa de conhecer as relações que particularizam o objeto e passa a conhecer o objeto naquilo que ele tem de essencial, ou seja, o objeto considerado sob o aspecto da sua generalidade universal. Esta generalidade faz parte não só do conhecimento da Ideia, mas também do conhecimento dos conceitos, na medida em que a supressão das formas espaço-temporais produz uma visão abrangente [*Übersicht*], que é independente do presente e, através dela, o conhecimento pode alcançar o discernimento que só é acessível aos seres humanos:

> Em geral, é a ocupação do intelecto com conceitos, portanto, a presença na consciência da classe de representações (abstratas) ora consideradas por nós, que propriamente e em sentido estrito se chama pensar. (...) Agora esse pensamento, essa *reflexão* confere ao homem o discernimento que falta ao animal. Pois, ao capacitá-lo a pensar mil coisas por meio de *um único* conceito, e em cada um deles apenas o essencial, ele pode desconsiderar a bel-prazer toda espécie de diferença, portanto, também aquelas de espaço e tempo, por meio do que adquire em seus pensamentos a visão abrangente do passado e do futuro, assim como daquilo que está ausente; (G, § 27, p. 231).

Quando se admite que o discernimento possa ser alcançado tanto a partir das Ideias quanto dos conceitos, deve-se incluir a ressalva de que "o conceito de discernimento deve ser determinado de diferentes modos nos âmbitos da teoria do conhecimento, da ética e da estética" (Kossler, 2015, p. 23) e que "há diversos

graus de discernimento, cujo aumento está ligado à separação entre vontade e intelecto" (Kossler, 2015, p. 23). Portanto, ao se falar de tipos de discernimento, é importante "combinar essa distinção com os diversos graus" (Kossler, 2015, p. 23). Como o meu objetivo nesse texto está limitado à teoria do conhecimento e à estética, o discernimento pode ser entendido nesses âmbitos da seguinte forma:

> Na teoria do conhecimento, o discernimento é a capacidade, característica do homem enquanto homem, de ter representações independentes da impressão do presente, em conceitos e pensamentos. Nesse sentido, o discernimento é próprio de todos os homens e todas as outras formas são derivadas dele, pois se trata assim de sua determinação fundamental. (...) Na estética, o discernimento capacita os artistas a apreenderem as coisas de maneira objetiva e assim apresentá-las em suas obras de modo que, no observador, essa apreensão objetiva, que Schopenhauer caracteriza como intuição de Ideias, seja ocasionada (KOSSLER, 2015, p. 23-24).

Os conceitos são obtidos através do discernimento na sua determinação fundamental, que se refere à capacidade humana para ter representações independentes da impressão do presente e, assim, permitem expandir o conhecimento para além dos limites espaço-temporais. Quando esse limite é ultrapassado, o sujeito adquire uma visão abrangente das coisas e o objeto conhecido assume o caráter do que é universal. A consequência disto é que, apesar do conceito e da Ideia serem formas de conhecimento essencialmente diferentes, a extensão [*Umfang*] de suas respectivas unidades é um elemento comum entre eles, visto que ambos são universais. Mas a universalidade seria inerente à Ideia antes de ela ser "esfacelada na pluralidade das coisas isoladas" (WII, §20, p. 438), o que permite a Schopenhauer nomeá-la *universalia ante rem*. Já o conceito adquire a sua universalidade após a restauração de uma unidade que só é obtida depois que a Ideia se esfacelou, o que permite a Schopenhauer nomear o conceito *universalia post rem* (WII, § 20, p. 438):

> Em §49 (WI) enfatizei suficientemente a diferença entre a Ideia e o conceito. Sua semelhança, entretanto, reside no seguinte. A unidade originária e essencial de uma Ideia é, através da intuição sensível e cerebralmente condicionada do indivíduo que conhece, esfacelada na pluralidade das coisas isoladas. Em seguida, mediante a reflexão da razão, aquela unidade é novamente

> restabelecida, todavia apenas *in abstracto*, como conceito, *universale*, o qual iguala a Ideia em extensão [*Umfang*], contudo assumiu uma forma completamente outra, perdendo assim a natureza intuitiva e com esta a total determinidade. Nesse sentido (e em nenhum outro), pode-se denominar na linguagem dos escolásticos as Ideias *universalia ante rem* e os conceitos *universalia post rem*; entre ambos se encontram as coisas isoladas, cujo conhecimento os animais também possuem (WII, § 20, p. 438).

A restauração da unidade e, consequentemente, da universalidade que caracteriza o conceito ocorre através da reflexão que é feita abstratamente pela razão; e mesmo quando o intelecto pensa os conceitos já formados, essa reflexão não retorna ao intuitivo, exceto para manter o vínculo mínimo necessário estabelecido pela fixação intuitiva do conceito através de palavras. Como consequência, a restauração da unidade que caracteriza o conceito tem a mesma extensão da Ideia, ou seja, é uma unidade dotada de universalidade; porém, diferentemente da Ideia, a unidade do conceito não é intuitiva, mas abstrata.

A minha suposição é que, apesar de Schopenhauer classificar a Ideia como *universalia ante rem*, o *conhecimento* da Ideia, assim como o conhecimento do conceito, seria um *universalia post rem*. Essa suposição parte da diferenciação entre *o que* a Ideia é e *como* a Ideia é conhecida.

Conforme a definição de Schopenhauer, a Ideia é um *universalia ante rem*, porque ela é uma representação não submetida às formas subordinadas do princípio de razão. Por não estar submetida a estas formas, a Ideia é uma unidade situada entre a Vontade e as coisas particulares. Já o *conhecimento* da Ideia seria um *universalia post rem*, pois a Ideia só pode ser conhecida de duas maneiras: ou através da intermediação das formas do princípio de razão (como multiplicidade) ou através da supressão dessas formas (como uma unidade).

Além disso, é preciso considerar que não é possível conhecer diretamente a Ideia como uma unidade dotada de universalidade, sem antes conhecer a Ideia na sua pluralidade. Por isto, o conhecimento da Ideia precisa ser dividido em duas etapas. A primeira consiste em conhecer a Ideia submetida às formas subordinadas do princípio de razão, ou seja, a Ideia que se fragmentou em coisas particulares. A

segunda consiste em *restabelecer* a unidade da Ideia, o que exige uma mudança no conhecimento, capaz de suprimir as formas que provocaram a sua fragmentação.

Mas, devido à universalidade da Ideia não ser abstrata, mas intuitiva, o restabelecimento dessa unidade não pode ocorrer do mesmo modo como ocorre com os conceitos, ou seja, a partir da reflexão que permanece no domínio abstrato. Por causa disto, será suposto que o restabelecimento da unidade da Ideia deve acontecer através do tipo de reflexão que é capaz de retornar ao intuitivo e na qual há o predomínio do intelecto, ou seja, como força judicativa. Pois a reflexão que atua através da força judicativa pode permitir não só o retorno ao intuitivo, mas também a ampliação daquilo que foi efetivamente intuído, especialmente quando as figuras de fantasia são utilizadas como o modo de fixação dessa reflexão na consciência.

O restabelecimento da unidade essencial de uma Ideia começaria através do conhecimento proporcionado pelo intelecto. Em sua função natural, na qual atua a serviço da Vontade, o intelecto estabelece relações entre os objetos e a Vontade, a fim de que os objetos conhecidos diretamente possam satisfazê-la. Mas, além dessas relações diretas, o intelecto também pode estabelecer relações das coisas umas com as outras, e estas relações possuem a particularidade de servirem à satisfação da Vontade de um modo apenas *indireto*. Como essas relações não visam diretamente a satisfação da Vontade, elas favorecem a transição do conhecimento a serviço da Vontade e dependente do princípio de razão para aquele que é puramente objetivo, ou seja, que é independente desse princípio:

> O intelecto em sua atividade a serviço da Vontade, ou seja, em sua função natural, conhece, propriamente dizendo, apenas as relações de coisas: antes de tudo, suas relações com a Vontade mesma, à qual pertence, com o que aquelas se tornam motivos da Vontade; mas também, em vista justamente da completude deste conhecimento, as relações das coisas entre si. (...) Manifestamente, a apreensão das relações que as coisas têm entre si ocorre só *mediatamente* no serviço da Vontade. Tal apreensão faz, portanto, a transição para o conhecimento puramente objetivo e completamente independente da Vontade (WII, cap. 29, p. 435).

As coisas que o intelecto relaciona entre si não são apenas os objetos empiricamente apreendidos, pois, no caso específico da satisfação da Vontade

humana, a principal atividade do intelecto é conectar entre si as representações abstratas fornecidas pela razão, o que também inclui a relação dos pensamentos uns com os outros. O conhecimento que envolve um grande número e variedade de relações provoca um afastamento progressivo do intelecto da sua função original, o que torna "a servidão do intelecto em relação à Vontade (...) cada vez mais indireta e limitada" (WII, cap. 29, 2014, p. 14).

Esse afastamento pode progredir até o ponto em que o intelecto passa a fazer as relações das coisas entre si *sem* a mediação do interesse da Vontade, o que caracteriza a mudança na forma como o intelecto conhece. Nesta mudança, o intelecto deixa de conhecer para proporcionar a satisfação da Vontade e passa a ter uma forma de conhecimento cujo fim último é apenas o próprio conhecer, o que permite que o intelecto alcance a forma de conhecimento desinteressado que caracteriza a Ideia.

Mas, apesar de favorecerem a mudança no conhecimento, as relações indiretas não podem ser consideradas a sua causa, porque o conhecimento que surge após essa mudança é independente da Vontade e, portanto, não pode surgir de um modo arbitrário. Mas, mesmo que a mudança no conhecimento não seja alcançada necessariamente por meio da atividade de reflexão que estabelece relações das coisas entre si, a consideração da importância dessas relações é fundamental para a compreensão da Ideia, porque se o resultado não é alcançado necessariamente, as etapas que podem culminar nesse resultado continuam necessárias.

### 3.2 AS FIGURAS DE FANTASIA

Além da mudança na forma como o intelecto conhece, haveria outro elemento indispensável para a intuição da Ideia: o uso das figuras de fantasia. Este uso seria necessário porque o estabelecimento de relações cada vez mais indiretas entre o conhecimento e a Vontade pressupõe um alto grau de abstração, que pode deixar de

ser consciente caso não retorne ao intuitivo e seja fixado sensivelmente. Entretanto, apenas as figuras de fantasia seriam adequadas para fazer essa fixação, porque somente elas permitiriam ampliar o conteúdo intuitivo até que ele alcance a universalidade que caracteriza a Ideia.

Para que se possa demonstrar a necessidade da fantasia na intuição da Ideia, é preciso inicialmente considerar que, na forma comum do conhecimento intuitivo, apenas um lado do objeto é apreendido, ou seja, aquele que interessa à Vontade. A transição possível do conhecimento comum das coisas particulares para o conhecimento da Ideia só acontece quando todos os outros lados do objeto são apreendidos. Para alcançar essa totalidade,

> a fantasia é requerida em vista de completar, ordenar, colorir, fixar e repetir a bel-prazer todas as imagens significativas da vida, segundo o que requerem os fins de um conhecimento profundamente penetrante e uma obra plena de significação que deve comunicá-lo. Nisso baseia-se o elevado valor da fantasia como uma ferramenta indispensável do gênio (WII, 2015, cap. 31, p. 454).

A capacidade que o gênio tem de completar através da fantasia o que ele apreende intuitivamente é fundamental para que ele possa conhecer a Ideia, pois os objetos efetivos Parte superior do formulário

> são quase sempre apenas exemplares bastante imperfeitos da Ideia que neles se expõe: por isso o gênio precisa da fantasia para ver nas coisas não o que a natureza efetivamente formou, mas o que se esforçava para formar, mas que, devido à luta (mostrada no segundo livro) de suas formas entre si, não pôde levar a bom termo (WI, § 36, 2005, p. 255).

Além de permitir uma intuição que vai além daquilo que é empiricamente dado na natureza, a fantasia também pode proporcionar a intuição de outras Ideias além daquelas dos objetos que foram efetivamente intuídos, o que evita que o conhecimento fique restrito à experiência pessoal do sujeito. Ao conceder ao gênio artístico a capacidade de intuir as Ideias, Schopenhauer afirma que

> o conhecimento do gênio estaria limitado às Ideias dos objetos efetivamente presentes à sua pessoa, e seria portanto dependente da concatenação das circunstâncias que conduz a eles, se a fantasia não ampliasse o seu horizonte, alargando-o para além da realidade da sua experiência pessoal. Portanto, a

> fantasia põe o gênio na condição de, a partir do pouco que chegou à sua apercepção efetiva, construir todo o resto e assim desfilar diante de si quase todas as imagens possíveis da vida (WI, § 36, p. 255).

Apesar da importância que Schopenhauer atribui à fantasia na intuição da Ideia, ele nos faz o seguinte alerta:

> Reconheceu-se a fantasia como um componente essencial da genialidade, com razão. Mas às vezes se julgou que a fantasia e o gênio seriam idênticos, o que é incorreto. (...) A fantasia, conseguintemente, amplia o círculo de visão do gênio para além dos objetos que se oferecem na efetividade à sua pessoa, em termos tanto de qualidade quanto de quantidade. Eis por que a força incomum da fantasia é companheira, sim, condição da genialidade. Mas, ao contrário, a força da fantasia nem sempre é sinal de gênio; antes, homens completamente desprovidos de gênio podem possuir bastante fantasia. Em verdade, assim como se pode considerar um objeto da realidade de duas maneiras opostas, uma puramente objetiva, genial, que contempla a sua Ideia, outra de maneira comum, que considera meramente as suas relações com outros objetos e com a própria Vontade em conformidade com o princípio de razão, assim também se pode intuir um fantasma por essas duas maneiras; no primeiro caso *ele é um meio para o conhecimento da Ideia*, cuja comunicação é a obra de arte; no segundo caso ele é utilizado para a construção de castelos no ar, que alimentam o egoísmo e o humor próprios, divertem e iludem por momentos (G, § 36, p. 255-256).

A força incomum da fantasia seria, portanto, condição da genialidade somente quando ela se integra à atividade do juízo judicativo, para fixar sensivelmente o que foi abstraído e completar as representações efetivamente intuídas. Assim, por um lado, a razão forma as representações abstratas que permitem ao intelecto pensar as relações das coisas entre si, até o ponto em que a atividade de conhecer possa ser separada da finalidade de satisfazer a Vontade. E, por outro lado, o intelecto, através das figuras de fantasia, seria o responsável pelo retorno dessa reflexão ao campo intuitivo, para permitir a contemplação de "quase todas as imagens possíveis da vida" (WI, 2005, p. 255), a partir do pouco que chegou à sua percepção, transformando a intuição da Ideia em um "pensar-mais" do que foi intuído.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma passagem do primeiro volume de *O mundo como Vontade e representação,* Schopenhauer diferencia a Ideia do conceito e enfatiza a capacidade da Ideia de produzir algo que vai além do conteúdo intuitivo que estava na origem da sua formação:

> o conceito assemelha-se a um recipiente morto, no qual tudo o que se põe fica efetivamente lado a lado, de onde porém nada pode ser retirado (por juízo analítico) senão o que se pôs (por reflexão sintética); a Ideia, ao contrário, desenvolve em quem a apreendeu representações que são novas em referência ao conceito que lhe é homônimo: ela se assemelha a um organismo vivo desenvolvendo a si mesmo, dotado de força de procriação, e que produz o que nele não estava contido [WI, § 49, p. 312].

O aspecto vivo e dinâmico que pertence à Ideia seria o resultado de um processo de abstração que retornou ao intuitivo por meio do uso de figuras de fantasia e, assim, ampliou o conteúdo intuitivo que havia sido oferecido ao pensamento no início da abstração; já os conceitos seriam uma forma de abstração que retorna ao intuitivo para ser fixada por meio do uso de palavras, após o empobrecimento do conteúdo intuitivo que fez parte da sua formação.

Temos que ter essa diferenciação em conta para que se possa compreender o aspecto quantitativo presente nos termos “menos” e “mais” que foi atribuído ao “pensar”. Pois não se trata apenas de uma capacidade maior ou menor de pensar, mas de uma capacidade maior ou menor de utilizar e, especialmente, ampliar o conteúdo intuitivo a partir do pensamento. No caso dos conceitos, Schopenhauer considera que o uso das palavras é necessário para designar e fixar um conceito, pois as palavras seriam imprescindíveis para preservar a ligação entre um aumento da abstração com o concomitante afastamento do intuitivo, visto que, se essa conexão com o intuitivo fosse definitivamente rompida, o conceito escaparia à consciência. No caso da Ideia, o elemento intuitivo não é apenas ampliado, para permitir o “pensar-mais” a partir do maior conteúdo intuitivo oferecido ao pensamento, mas esta ampliação adquire o caráter de uma totalidade que, por sua

vez, é intuitiva e ultrapassa, em termos de importância cognitiva, o pensamento que participou da sua constituição.

Ao final, é possível afirmar que a reflexão que favorece o retorno do pensamento às suas origens intuitivas e caracteriza a atividade do juízo judicativo pode culminar em um tipo especial e distinto de intuição; e que o conhecimento intuitivo, quando alcança a sua totalidade representativa, recebe, na filosofia de Schopenhauer, um status superior àquele que é conferido à simples capacidade humana de pensar.

## REFERÊNCIAS

KOSSLER, Matthias. Zur Rolle der Besonnenheit in der Ästhetik Arthur Schopenhauer. **Schopenhauer-Jahrbuch**, [S.l.], v. 83, p. 119-133, 2002. Disponível em: <https://download.uni-mainz.de/fb05-philosophie-schopenhauer/files/2019/02/2002_Ko%C3%9Fler.pdf>. Acesso em 16/07/2024.

KOSSLER, Matthias. Sobre o papel do discernimento [Besonnenheit] na estética de Arthur Schopenhauer. In: DEBONA, Vilmar; FONSECA, Eduardo Ribeiro da; MATTOS, Fernando Costa et al. (Orgs.). **Dogmatismo & Antidogmatismo**: Filosofia Crítica, Vontade e Liberdade – Uma homenagem a Maria Lúcia Mello e Oliveira Cacciola. Tradução: Flamarion Caldeira Ramos. Curitiba: Editora UFPR, 2015. p. 19-35.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Schopenhauer im Kontext**. Werke auf CD-ROM. Karsten Worm - InfoSoftWare 2001. München: Piper Verlag, 1911-1926. Bd. I-VI (WI – WII).

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como Vontade e representação**. Tomo I. Tradução de Jair Barbosa. São Paulo: UNESP, 2005. Título Original: Die Welt als Wille und Vorstellung.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como Vontade e representação**. Tomo II. Tradução: Jair Barbosa. São Paulo: UNESP, 2015. *Título Original: Die Welt als Wille und Vorstellung*

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como Vontade e representação**. Volume II. Tradução: Eduardo Ribeiro da Fonseca. Curitiba: UGPR, 2014. Título Original: *Die Welt als Wille und Vorstellung*

SCHOPENHAUER, A. **Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente**. Tradução e apresentação: Oswaldo Giacoia Jr. e Gabriel Valladão Silva. Campinas: Unicamp, 2019. *Título Original: Ueber die vierfache Wurzel des Satzes vom zureichenden Grunde*

SCHOPENHAUER, *A.* **On the Fourfold Root of the Principle of Sufficient Reason ando n the Will in Nature**: Two Essays by Arthur Schopenhauer. Tradução: Mme. Karl Hillebrand. London:

George Bell and Sons, 1907. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/cache/epub/50966/pg50966-images.html>. Acesso em 05/08/2024.

## Contribuição de autoria

**1 – Selma Aparecida Bassoli**
Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP
https://orcid.org/0000-0002-6941-7029 • selma.bass@gmail.com
Contribuição: Escrita – Primeira Redação

## Como citar este artigo

BASSOLI, S. A. Ideia é um pensar-mais do que é intuído. **Voluntas: Revista Internacional de Filosofia**, Santa Maria - Florianópolis, v. 15, esp. 1, e88685, p. 01 – 21, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.5902/2179378688685. Acesso em: dia mês abreviado. ano.